

Ajuda do FMI depende do Congresso

Fundo espera compromisso dos políticos com o esforço do governo para controlar os gastos públicos nos próximos anos

Daniela Mendes
Correspondente
Lydia Medeiros
Da equipe do Correio

Nova York e Brasília — Há ainda um longo caminho a percorrer até que os recursos prometidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) estejam disponíveis para o Brasil. As bases do ajuste fiscal já foram aceitas, mas o Fundo quer mais. A formalização do acordo depende da reação do Congresso ao pacote. Os entendimentos com o FMI, que possibilitarão o repasse de uma ajuda financeira ao Brasil de cerca de US\$ 30 bilhões, incluindo os recursos de outros organismos internacionais, só serão concluídos depois que os principais líderes políticos avaliarem as medidas do pacote de ajuste nas contas públicas e derem declarações antecipando quais têm mais chances de ser aprovadas pelo Congresso. Até agora, os entendimentos com a equipe econômica em Washington permitiram acertar as bases do acordo, confirmadas nas duas notas oficiais conjuntas nas quais o Fundo manifestou apoio à política cambial e às metas de ajuste.

O sinal verde do Congresso é, para o FMI, a etapa chave das negociações e justifica o cuidado que o presidente Fernando Henrique Cardoso está tendo para não melindrar as lideranças políticas, inclusive os governadores, adiando para depois das eleições a divulgação das propostas. Ele tem conversado com políticos influentes, como Antonio Carlos Magalhães e Michel Temer, presidente do Senado e da Câmara. E na próxima semana, fará uma reunião com os líderes dos partidos que formam a base de apoio ao governo no Legislativo para apresentar o pacote fiscal, que será divulgado na terça ou na quarta-feira. Na quinta-feira, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, estará no plenário do Senado explicando as medidas.

Segundo técnicos envolvidos nos entendimentos entre o Brasil e o FMI, não faz sentido negociar um acordo formal sem saber quais propostas têm chances reais de aprovação e implementação. Uma vez que a sociedade tenha opinado sobre o pacote fiscal, por intermédio do Congresso, a equipe econômica concluirá as conversas com o Fundo.

Em outras palavras: como muitas das medidas para ajustar as contas públicas dependem dos parlamentares, sem apoio deles, não há pacote fiscal nem dinheiro do FMI.

Vai ser difícil para o presidente Fernando Henrique Cardoso garantir ao Fundo a aprovação integral pelo Congresso do programa de ajuste fiscal. Ainda que disponha de maioria para as votações, é justamente na base governista que o governo sempre enfrentou dificuldades para votar as reformas constitucionais, lidando com a barganha por cargos e a disputa por verbas. Neste final de ano, terá um problema a mais: convencer deputados que não foram reeleitos a ficar em Brasília e votar temas tão impopulares como o aumento de impostos ou a cobrança da contribuição previdenciária para os aposentados.

DÚVIDAS

“O FMI tem o direito de pedir ao governo que ofereça segurança na aprovação do ajuste. Mas o FMI sabe que o presidente não pode dizer que tudo será aprovado, até porque o Congresso é um outro poder e tomará as decisões que lhe parecerem melhores”, avaliou o líder do PMDB, Geddel Vieira Lima (BA).

O Congresso ainda está desmobilizado e os deputados mais interessados no resultado do segundo turno das eleições em dezessete estados neste domingo. Os líderes não sabem exatamente qual será a reação daqueles que não foram reeleitos, muitos deles preocupados com a mudança de cidade ou com o novo emprego — que pode até ser no governo federal. Por outro lado, o governo também não tem o perfil do novo Congresso eleito em 4 de outubro. No PSDB, assessores preparam um levantamento cruzando os dados daqueles que entram e dos que saem, para avaliar o impacto no apoio ao governo.

Para o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), há clima favorável para aprovar as medidas, mas a exigência do Fundo não parece razoável. Segundo Arruda, uma condição desse tipo, politicamente, poderia gerar até um efeito contrário na disposição da base de apoio para aprovar as propostas governistas. “O Congresso se reserva o direito de discutir e mesmo alterar as propostas do governo”, disse Arruda.

Fernando Henrique ainda mantém o pacote fechado, mas envia sinais do que deseja ver aprovado pelo Legislativo. Cobra sintonia dos parlamentares com o resultado da eleição que lhe deu mais um mandato. Insiste na solução para o déficit da Previdência e na eliminação de privilégios. Assegura que o setor público vai pagar mais caro pelo ajuste.

O presidente manda recados também aos governadores. Ao declarar o voto em Mário Covas, candidato do PSDB ao governo paulista, justifica a escolha não apenas pelo critério partidário, mas pelo fato de o candidato ter saneado as contas do estado. E diz esperar o mesmo daqueles que tomarão posse em janeiro. O pacote deve incluir medidas de controle dos gastos nos estados e municípios, um ponto de difícil negociação com o Congresso.

AUSTERIDADE

Mário Covas retribui, mas também marca posição, afirmando que arrumou suas contas sem aumentar impostos, nem descuidar da área social: “As medidas de contenção não me assustam. Fizemos um ajuste sem aumentar um imposto sequer. Pelo contrário, até reduzimos em setores relevantes para a área social. Quaisquer que sejam as medidas do governo federal, continuaremos no caminho da austeridade. Não há outro jeito.”

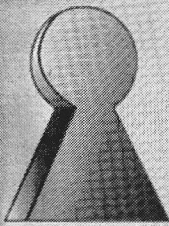
Adversário de Covas, o ex-prefeito Paulo Maluf, atacou ontem o acordo com o Fundo. E, num exemplo do que pode ocorrer em outros estados, afirmou que a bancada do PPB não votará a favor de medidas como a cobrança de contribuição previdenciária para os servidores públicos inativos ou o aumento dessa contribuição para o funcionalismo. E adiantou que não pretende dizer amém ao governo federal, caso seja eleito. “Somos a favor das reformas, iremos apoiar as reformas administrativas e fiscal, mas nossa bancada não votará em medidas que aumentem o desemprego nesse estado. Quero dizer muito claro que eu e o ministro Luiz Carlos Santos não seremos governador e vice vaquinhas de presépio”, disse Maluf, garantindo não estar rompendo com o presidente.

Por enquanto, o Brasil e o FMI estão lançando as bases para o acordo, com apoio daquele organismo internacional às políticas gerais do país e consenso sobre o quadro existente. O Fundo está sendo rigoroso na análise porque só dará aval ao programa brasileiro — e colocará em jogo sua reputação, já manchada pelos empréstimos mal feitos na Ásia — se achar de fato que ele pode ser executado com sucesso.

Nas reuniões técnicas do último fim de semana, o Brasil abriu suas contas e o FMI analisou a situação fiscal atual, número por número. Houve uma surpresa positiva: os técnicos do Fundo acreditavam que as contas públicas estavam ainda mais deterioradas. As metas de superávit primário (receitas menos despesas descontados os gastos com juros) para os próximos três anos já haviam sido definidas no início do mês, quando o ministro da Fazenda, Pedro Malan, estava em Washington participando da reunião anual do FMI e Banco Mundial.

Como ainda é preciso negociar as medidas fiscais com o Congresso e depois com o FMI, o pacote de assistência financeira ao Brasil, cuja função é servir como antídoto à onda de desconfiança dos investidores estrangeiros, ainda deverá demorar algumas semanas para sair. De concreto até agora, há apenas a disposição declarada dos três órgãos multilaterais, FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de participarem desta ajuda.

A TRAMITAÇÃO DO PACOTE



MEDIDAS QUE TERIAM MAIS FACILIDADE DE APROVAÇÃO



AUMENTO DE CPMF

Apesar das reclamações dos políticos contra o aumento dos impostos, a CPMF, segundo parlamentares, já não é surpresa para a população e seria melhor aceita. A proposta do governo é elevar a alíquota de 0,20% para 0,30%, para obter uma arrecadação adicional de R\$ 4 bilhões. Para facilitar a aprovação do aumento da alíquota, o governo propôs que a CPMF continue provisória até a aprovação da reforma tributária.

COFINS PARA BANCOS

O lobby dos bancos costuma ser forte, mas a medida não é impopular e pode ser aprovada devido à gravidade da crise. O governo já vem se articulando há algum tempo para aprovar essa medida no Congresso.

REFORMA ADMINISTRATIVA

O Congresso terá que votar duas leis complementares que regulamentam a reforma já aprovada. Elas permitirão aos estados e municípios ajustarem suas contas, demitindo servidores estáveis. Apesar de o Congresso não gostar de mexer na vida dos servidores, o princípio da demissão já é constitucional. Pode haver pressão dos novos governadores pela aprovação.

IMPOSTO DE RENDA

O governo vai propor apenas a manutenção da situação atual, cobrando uma alíquota de 27,5% para salários acima de R\$ 1,8 mil. Em novembro do ano passado, o Congresso aprovou o aumento da alíquota de 25% para 27,5% até 1999. O governo agora quer que ela vigore até 2001.

MEDIDAS QUE DEVEM ENFRENTAR RESISTÊNCIA



CORTES DE GASTOS

Os ministros vão reclamar, principalmente os da área social como José Serra (Saúde) e Paulo Renato (Educação). Parlamentares também vão tentar brigar por suas emendas e pela manutenção de obras e projetos em seus estados. O governo quer cortar R\$ 8 bilhões nas despesas de custeio e investimento.

FUNCIONALISMO

Deve ser a batalha mais difícil do governo. A proposta de instituir a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores inativos já foi derrubada anteriormente pelo plenário da Câmara, sensível a qualquer medida que mexa no bolso dos aposentados. Também não será fácil aumentar o valor da contribuição dos funcionários para a previdência, de 11% para 15%.

INCENTIVOS FISCAIS E SUBSÍDIOS

Políticos das regiões Norte e Nordeste vão resistir e o governo depende dessas bancadas para outras votações. O governo já tentou cortar esses benefícios no pacote 51, mas teve que recuar nos pontos principais da proposta.

GATILHO

Os governadores e as bancadas dos estados não querem um instrumento federal para o controle de suas contas. A primeira reação à medida partiu do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que considerou-a uma interferência na autonomia dos estados. O governo quer um mecanismo que freie repasses federais automaticamente sempre que os limites orçamentários forem ultrapassados.

